

## **Acta da 1ª Reunião Estatutária da Comissão Executiva 24 de Novembro de 2006 – Guimarães**

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de dois mil e seis, pelas dezasseis horas, reuniu no Centro Cultural de Vila Flor, na cidade de Guimarães, a Comissão Executiva da Associação denominada União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, com sede na Rua de São Bento, 640, em Lisboa, a qual se encontrava devidamente convocada pelo Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues, de cujo documento constava a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior;
2. Aprovação das actas de deliberação tomadas sem reunião, nos termos do disposto no nº 5 do artº 17º dos Estatutos;
3. Deliberar sobre o Relatório e Contas relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2005;
4. Deliberar sobre o Relatório de Actividades relativo a 2006 – até ao terceiro trimestre;
5. Deliberar sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2006 e 2007;
6. Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de exclusão de membros apoiantes;
7. Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de nomeação de representantes da UCCLA junto do Conselho Económico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas);
8. Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de reestruturação da UCCLA;
9. Informações.

Encontravam-se presentes os seguintes membros: Lisboa, representado por António Carmona Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal; Luanda, representado por Job Castelo Capapinha, Governador da Província; Maputo, representado por João Schwalbach, Vereador do Conselho Municipal; Praia, representado por Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal; Salvador, representado por Leonel Leal Neto, Secretário das Relações Internacionais da Prefeitura e GALP Energia, SGPS, S.A., representado por Carlos Bayan Ferreira, Director Geral Internacional Oil.

Participaram, ainda, Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA; Carla Antunes, Secretário Geral Adjunto da UCCLA e como convidados, Álvaro Pinto Correia, representante do Presidente do Conselho Fiscal; António Pina Fonseca, Partner da BDO&Associados, SROC; José Cal Gonçalves, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Alberto Laplaine Guimarães, Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Ana Mascarenhas, Assessora do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Cristina Rocha, Chefe de Divisão de Relações Externas e Protocolo da Câmara Municipal de Lisboa e Gabriel Leitão, Director do Governo da Província de Luanda.

Declarada aberta a reunião e depois de um breve discurso de boas vindas aos membros e de agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães e ao pessoal de apoio à organização de todo o programa, proferido por António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, foi por ele lida a Ordem de Trabalhos que não foi motivo de qualquer comentário por parte dos presentes.

Antes de entrar na ordem do dia, António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, manifestou o seu orgulho pelo muito e diversificado trabalho realizado pela UCCLA durante a sua existência de mais de 20 anos que tem, sem dúvida, contribuído para o firmar da importância da língua portuguesa no mundo e para o aprofundamento das relações entre municípios. Congratulou-se ainda com a coincidência destas reuniões estatutárias com a comemoração dos 30 anos de poder local em Portugal e com a oportunidade que assim se constitui, à luz do que para si é a essência deste poder enquanto imagem da democracia e do contributo para o desenvolvimento sustentável das cidades e das suas populações, para se pensar o futuro da UCCLA num quadro de confiança e optimismo, de inovação e ambição, nomeadamente na formação e capacitação, na organização de visitas de estudo e como agência de captação de investimentos o que aliás já vai sendo uma realidade.

**PONTO UM** da Ordem de Trabalhos - Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, propôs a dispensa da leitura da Acta e a sua aprovação com a ressalva de a mesma poder ser alterada posteriormente por comunicação escrita à Secretaria Geral da UCCLA por parte dos membros da Comissão.

Posto à votação o Ponto Um da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**PONTO DOIS** da Ordem de Trabalhos - Aprovação das actas de deliberação tomadas sem reunião, nos termos do disposto no nº 5 do artº 17º dos Estatutos.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, informou que, entre 2004 e 2006, foram redigidas actas de deliberação relativas à eleição do Embaixador Leonardo Mathias para o cargo de Secretário Geral da UCCLA, em 2004; à eleição do Doutor Paulo Miraldo para o cargo de Secretário Geral da UCCLA, em 2004; à ratificação da designação da Dra. Carla Antunes e do Dr. José Saraiva de Lemos como Secretários Gerais Adjuntos da UCCLA, em 2004; ao carácter transitório, até à XX Assembleia Geral, das nomeações dos Secretários Gerais Adjuntos mencionados, em 2004; à designação do Dr. Afonso Silva como Secretário Geral Adjunto da UCCLA, em 2004 e à atribuição de remuneração ao Secretário Geral, em 2004, pelo que se propõe agora a sua aprovação.

Posto à votação o Pontos Dois da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS** da Ordem de Trabalhos - Deliberar sobre o Relatório e Contas relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2005 e **PONTO QUATRO** da Ordem de

Trabalhos - Deliberar sobre o Relatório de Actividades relativo a 2006 – até ao terceiro trimestre.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, propôs a discussão e votação destes dois pontos da Ordem de Trabalhos em simultâneo em virtude de os mesmos se encontrarem abordados na apresentação que Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA iria efectuar.

Não se tendo registado qualquer oposição, António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA e como ponto prévio, justificou o volume e quantidade de documentos entregues aos presentes com o facto de estas reuniões estatutárias se revestirem de um carácter especial, dado se encontrarem em análise praticamente três anos de actividade e ainda uma proposta de reequação estratégica.

Prosseguiu depois informando que, nestes dois anos, as grandes linhas de actuação da UCCLA se pautaram por uma refocalização da actividade na formação e capacitação; por um reforço da vertente de ajuda pública ao desenvolvimento e, finalmente, pela execução e finalização dos projectos iniciados em anos anteriores. Referiu, ainda, a celebração de parcerias estratégicas e ilustrou cada uma destas linhas fundamentais com actividades desenvolvidas. Assim, no que concerne à formação e capacitação enunciou a premissa de as acções sempre se realizarem nas cidades membros; enunciou ainda o primeiro projecto de educação para o desenvolvimento que obteve financiamento por parte do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, denominado "Metas 2015: Responsabilidade Social" e que a seu pedido foi explicado por Princesa Peixoto, Técnica da Secretaria Geral e o Programa Univa do qual destacou as acções de formação realizadas na sede da UCCLA em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que, para este efeito, detém o apoio do Fundo Social Europeu. Quanto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, afirmou que foram dados os primeiros passos para colocar a UCCLA como actor de referência no cenário das instituições internacionais que disponibilizam verbas para aquele fim tendo-se procedido à identificação de fundos, à realização de parcerias e apurado as práticas para mobilização destes subsídios a fundo perdido. Sublinhou, igualmente, os contactos com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento de quem se espera para breve a assinatura de um protocolo; com a União Europeia onde existem fortes possibilidades de a UCCLA ser considerada parceira de cooperação, designadamente através da criação de uma Rede de Cidades Lusófonas que a seu pedido foi explicada por Hélder Vaz, Técnico da Secretaria Geral; com o Banco Mundial de quem já se recebeu registo escrito do compromisso firme de apoio à União, com o Banco Africano para o Desenvolvimento para a apresentação de projectos de montante global superior a dez milhões de dólares; com o Instituto de Investigação Científica e Tropical; com a Simmons & Simmons e Rebelo de Sousa; com a UN-Habitat e com as Fundações Joaquim Chissano e Gulbenkian. Relativamente aos projectos de construção executados, enumerou as Escolas de Bissau e São Tomé,

a Casa dos Rapazes no Huambo, a Casa Padja e a Av. Cidade de Lisboa na Praia, o Palácio do Governador em Díli, a Residência de Formandos em Lisboa e ainda os grandes projectos na área do saneamento, higiene urbana e ambiente previstos para São Tomé, Santo António do Príncipe, Bissau e São Filipe estes, como esclareceu, já inseridos na estratégia da ajuda pública ao desenvolvimento através do recurso a fundos de entidades externas à UCCLA.

A finalizar, enunciou a que considera ser questão essencial, definir-se a forma com a UCCLA será financiada. No seu entender, não é possível sustentar uma política de apoio ao desenvolvimento baseada no orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, que, directa e indirectamente, através da cedência de meios físicos e humanos, financia a UCCLA. O registo, nos documentos em discussão, de uma importante presença do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento em termos de financiamento e a possibilidade de a União Europeia e o Banco Mundial fazerem também parte deste grupo de doadores em 2007 é, para si, razão de grande motivação e significado.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, esclareceu que na apresentação efectuada se registam já iniciativas que irão prosseguir em 2007 e que os valores apresentados nas contas são os efectivamente recebidos e não os que se achavam previamente orçamentados. Ainda das actividades desenvolvidas, nos dois anos em análise, sublinhou a edição do livro comemorativo do vigésimo aniversário da UCCLA, as obras significativas em várias cidades membros e a Residência dos Formandos a que se alia a Casa dos Estagiários a funcionar em edifício cedido pela edilidade lisboeta. Pensa assim que existem motivos de franca satisfação pelo trabalho desenvolvido, congratulando-se igualmente com o facto de alguns dos projectos enunciados terem já financiamento assegurado e lançando o desafio, no seu entendimento bastante provável, de a UCCLA fazer parte do quadro de referência 2008/2013 da União Europeia.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, acrescentou que os projectos mencionados estão todos em condições de serem submetidos a financiamento. Contudo e caso sejam recusados serão, se assim for o parecer das instituições a quem forem apresentados, resubmetidos nos prazos definidos. Quanto ao livro do vigésimo aniversário da UCCLA este será entregue a todos os presentes nos trabalhos da Assembleia Geral sob a forma de segunda edição.

Álvaro Pinto Correia, representante do Presidente do Conselho Fiscal, cumprimentou e felicitou a Comissão Executiva e o Secretário Geral pelo facto de a UCCLA se afigurar agora agente mobilizador de financiamento de apoio ao desenvolvimento o que revela uma grande evolução em relação ao passado que já é visível no trabalho efectivo destes dois anos. Aliás, em sua opinião, as relações institucionais estabelecidas com a União Europeia, o Banco Africano para o Desenvolvimento e o Banco Mundial podem congregiar mais apoios e posicionar a União como nunca antes aconteceu. Com estes instrumentos, concluiu, a UCCLA pode de facto ser outra coisa.

João Schwalbach, Vereador do Conselho Municipal de Maputo, mostrou a sua satisfação por mais esta tentativa de modernização e actualização aos tempos

presentes da Organização. Os relatórios traduzem porém e também, no seu entender, uma fraqueza da União, a excessiva verticalidade em detrimento da transversalidade. Se a diversidade é a nossa maior riqueza, como defendeu, as cidades não estão a saber aproveitá-la, pois são pouco pró-activas. A cooperação na UCCLA deve dar-se cidade a cidade e não sempre a partir de Lisboa. Os documentos apresentam, como disse, esta apetência da União, mas formula votos para que o Plano de Actividades inclua já este conceito. Não tem, para ele, sentido que a União viva de uma só cidade. Questionou ainda sobre os projectos que foram rubricados sob a forma de protocolo em Luanda por os mesmos se encontrarem omissos nos documentos apresentados.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, concordou com as palavras proferidas e adiantou que por forma a quebrar a verticalidade e a fomentar a horizontalidade iria ser apresentada à Assembleia Geral uma proposta de alteração dos estatutos que dá resposta a esta necessidade. Por outro lado, a urgência de incorporar nas tarefas da UCCLA o agenciamento junto de entidades financiadoras diversas irá decerto contribuir para modificar o papel ingrato até agora reservado às empresas membros, muitas delas de corpo e alma neste projecto desde o seu início, como lembrou. Acha assim que esta nova abordagem pode ser um estímulo refrescado para as empresas nesta fase de salto qualitativo da UCCLA. Quanto aos protocolos de Luanda, esclareceu que se encontram em vigor, estando a sua realização dependente da obtenção de co-financiamento.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, comunicou que o atraso na materialização dos protocolos passa pela dificuldade na obtenção de co-financiamento enquanto se mantiver o modelo actual na medida em que estes não são susceptíveis de apoio multilateral. Há assim que lhes conferir uma nova função acrescentando à obra o saber e o gerir. A dificuldade é ainda maior, como informou, quando não existem formas de transformar o acordado em operação bancável para as entidades multilaterais financiadoras. Quanto ao problema da UCCLA, ele é vertical e horizontal no seu entender. Vertical quando se pergunta o que deve a UCCLA fazer e horizontal quando se questiona a forma de conseguir que os membros interajam uns com os outros. A cooperação sul/sul é, por isso, essencial e daí a querermos incorporar como axioma nesta proposta de renovação.

Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal da Praia, cumprimentou os presentes e fez dele as palavras de Álvaro Pinto Correia, representante do Presidente do Conselho Fiscal, relativamente aos manifestos avanços da UCCLA que a fazem posicionada no bom caminho. Existe um processo de incubação sobre o que é realmente o valor da UCCLA, as suas potencialidades, a construção da rede de contactos, que é figura fundamental, a procura da sustentabilidade financeira e de interacção entre os membros, como disse. Em relação à Capital Lusófona da Cultura, sublinhou que se está a perder esta dimensão tão importante. A cultura, como prosseguiu, é a nossa grande força, por isso tem de existir um grande esforço colectivo para que esta iniciativa se concretize com um programa credível à imagem do que aconteceu em Salvador e Luanda. Pensa também que o desporto é vertente onde deve ser feita uma franca aposta. Os Jogos da Lusofonia, realizados em Macau,

são iniciativa a que a UCCLA não pode deixar de se associar sob a forma, eventualmente, da realização de uma feira das cidades membros. É uma sugestão que deixa para inclusão no Plano de Actividades de 2007. A finalizar, deu ainda conta da disponibilidade de Cabo Verde para o incremento das relações da UCCLA com o Banco Africano para o Desenvolvimento por se encontrar na sua administração um cidadão daquele país.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, adiantou que o Secretário de Estado do Desporto do Governo português já o informou sobre a proposta de serem em Lisboa, em Maio ou Junho de 2009, os Jogos da Lusofonia e de ele próprio ter referido a importância da participação da UCCLA. Com esta nova atitude, como defendeu, pretende valorizar-se cada vez mais o factor humano e a cultura assume aqui um papel fundamental. Consequentemente, têm de existir mais acções baseadas nas pessoas.

Carlos Bayan Ferreira, Director Geral Internacional Oil da GALP Energia, SGPS, S.A., sabe, como confessou, que lhe cabe um papel diferente do atribuído aos restantes membros presentes em virtude de ser a única empresa participante na reunião e pensa que é chegado o momento de reflectir, de efectuar um balanço para definir o que está bem e continuar bem e corrigir o que se encontra menos bem. Porém, a grande pergunta é para si o que se quer, o que todos querem concretamente da UCCLA. Apesar de nos documentos se encontrarem registadas linhas de orientação, a filosofia de rumo tem de ser estabelecida e claramente definida para um objectivo concreto, porque de outra forma não há maneira de o alcançar. A UCCLA, continuou, não pode ser transformada numa corporação, limitada a um grupo de cidades, mas antes assentar numa triangulação cidades/cidadãos/empresas. Não duvida que há um papel importante reservado na UCCLA para as empresas, como sublinhou, pois estas são um dos motores do mundo actual. Têm, por isso de existir motivos fortes para as empresas permanecerem neste projecto, porque senão as dificuldades serão maiores. As empresas movem-se no mesmo universo, estabelecem contactos com as mesmas instituições multilaterais, os mesmos governos, as mesmas populações e são muito importantes no e para o desenvolvimento das cidades.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, defendeu que a UCCLA é tanto mais forte quanto mais empenhada for a participação das empresas. O que se encontra na mesa é precisamente uma nova postura assente também numa maior abertura. Disse ainda que solicitou já ao Presidente da Comissão Europeia que quando Portugal assumir a presidência da União Europeia, no segundo semestre de 2007, lhe seja concedida uma audiência e sugeriu que, para esta altura, seja marcada uma reunião da Comissão Executiva de modo a permitir que a este encontro possam comparecer todos os membros neste órgão representados.

Leonel Leal Neto, Secretário das Relações Internacionais da Prefeitura de Salvador, começou por felicitar a UCCLA pelo processo de amadurecimento, reflexão e análise de organizações similares que se pautam por erguer menos tijolo e cimento e fomentar mais as relações multilaterais e o Secretário Geral pela apresentação dos

relatórios. Fez depois a defesa das parcerias público-privadas por pensar que só com a iniciativa pública muito pouco é possível fazer. Sugeriu que a Agência Brasileira de Cooperação seja incluída na lista de parceiros da UCCLA, pois que a cooperação sul/sul, como informou, é agora prioridade para o Brasil. É também importante apurar, em sua opinião, onde queremos chegar para saber como devemos de ir. A UCCLA é uma associação virada para o desenvolvimento das cidades em várias vertentes. É isso mesmo que procura e que pode ser o seu objectivo. Este pode ser alcançado, no seu entender, por três vias: a de uma actuação mais política marcando presença assídua nas reuniões das instâncias que se dedicam à definição das grandes linhas da cooperação internacional; a da capacitação, tanto pela elaboração de projectos como pela identificação de recursos e pelo processo de internacionalização das cidades que é uma lógica recente de modernização e de que é um bom exemplo a Ambelis de Lisboa, e de atracção de recursos para o financiamento de projectos efectivos. Sugeriu ainda a identificação de outras redes de cidades de que as cidades membros façam parte de modo a ser obtido um melhor posicionamento colectivo nestas organizações. Como última prioridade vê a realização de obras promovidas pela UCCLA, pois que os axiomas de actuação devem, para si, ser a capacitação, a internacionalização e a pressão política.

Em relação à Capital Lusófona da Cultura, Salvador tem um deficit, como confessou, e tardou a iniciar o processo. No dia seguinte irá, como anunciou, ser apresentado o projecto com um calendário base de modo a permitir aos membros a definição da sua participação. Por fim, manifestou ainda o seu acordo com Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal da Praia, no que diz respeito à participação da UCCLA nos Jogos da Lusofonia e congratulou-se com o Relatório de Actividades apresentado. Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, informou que no âmbito da Capital Lusófona da Cultura se encontra prevista a assinatura de um protocolo entre a UCCLA, a EGEAC e a Prefeitura de Salvador relativo ao intercâmbio das marchas populares de Lisboa com os blocos de baianas de Salvador. Quanto ao envolvimento das empresas, em sua opinião, estas simplesmente não sabem que a UCCLA existe nem o que a UCCLA pode fazer por elas. É indiscutível o deficit de conhecimento exterior em relação à nossa Organização, como concluiu, apesar dos contactos registados com a Odebretch e com um importante investidor português, dando ainda nota da assinatura de um protocolo com o Conselho Empresarial da CPLP.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, manifestou a sua concordância com a importância da componente de abertura política nesta fase da vida da UCCLA que tem de ser afirmada como oportunidade para a ajuda ao desenvolvimento e propõe um voto de louvor ao Secretário Geral e a toda a equipa da Secretaria Geral.

Postos à votação o Ponto Três da Ordem de Trabalhos e o Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

**PONTO CINCO** da Ordem de Trabalhos - Deliberar sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2006 e 2007.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, que procedeu à apresentação do documento em análise.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, adiantou que a UCCLA iria continuar a desenvolver o esforço iniciado em 2006 com uma clara aposta na realização de acções de formação e capacitação e de iniciativas na área da ajuda pública ao desenvolvimento. Estas não se materializarão em obras, mas na mobilização de fundos, na formação e capacitação, passando a palavra a Princesa Peixoto, Técnica da Secretaria Geral para explanação sobre o que se propõe fazer a União na área da formação.

Princesa Peixoto, Técnica da Secretaria Geral, informou que o plano apresentado dá continuidade ao que em 2004 lhe foi proposto no sentido de ser elaborado um plano de formação com efeitos multiplicadores para e nas cidades membros. É seu desejo agora desenvolver o diagnóstico, efectuado, a partir dos preceitos da ONU e do PNUD, tendo sido para tal eleitas 15 cidades membros para realização de formação presencial, encontrando-se igualmente previstas acções suportadas em e-learning e b-learning para além das que se promoverão na sede da UCCLA. Referiu ainda o projecto Metas 2015 e um outro de educação para o desenvolvimento em relação directa com as escolas sublinhando a importância das empresas directamente envolvidos nos projectos e a forma como solidifica esta relação, através, nomeadamente, do envio dos relatórios de avaliação das acções aos doadores. Como exemplo do retorno deste trabalho referiu o facto de a Caixa Geral de Depósitos ter oferecido à UCCLA a oportunidade de nas cidades onde existam suas delegações ser efectuada formação.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, acrescentou que para a acção de formação em elaboração e avaliação de projectos que a UCCLA irá promover, foram obtidos patrocínios da Fundação Portugal-África, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Gulbenkian e da Refer bem demonstrativos, como disse, da receptividade que este tipo de acções tem junto das empresas. Prosseguiu, explicando que à União Europeia se vai apresentar a fórmula final do projecto de redes de cidades lusófonas, o projecto piloto "UCCLA cidades sem pobreza" e, até 16 de Janeiro e via Urb-África, projectos de apoio ao desenvolvimento promovidos por ONGDs. Em relação ao Banco Mundial, confessou esperar ver concretizadas as condições de financiamento que já havia apontado e o desejo de submeter ao Banco Africano para o Desenvolvimento projectos de montante superior a 10 milhões de dólares americanos que terão de ser identificados junto das cidades membros. Finalmente, o reforço da participação da UCCLA nos fóruns internacionais onde se decide o futuro da política de apoio ao desenvolvimento, fundamentalmente no ECOSOC, é também outro dos objectivos traçados para o próximo ano. Relativamente à estrutura orgânica da UCCLA referiu que a mesma irá ser organizada internamente em duas grandes áreas, por um lado Formação e Capacitação e Cultura e, por outro lado, mobilização de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e Parcerias Público-Privadas.



Referiu que o orçamento global da UCCLA para 2007 se cifra pelos 2 milhões e 273 mil euros.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, chamou a atenção para a componente de despesas de funcionamento que avança valores na ordem dos 425 mil euros ano, quantia que, no quadro do orçamento apresentado considera ser muito satisfatória.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, enfatizou que a UCCLA funciona com poucos recursos, pelo que terá sempre de otimizar da melhor forma o trabalho desenvolvido. Tendo em conta o efeito multiplicador que as acções têm nas cidades membros, considerou que é dinheiro bem gasto.

Posto à votação o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Antes de passar ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos, Álvaro Pinto Correia, representante do Presidente do Conselho Fiscal referiu que o parecer do Conselho Fiscal que se encontra nos documentos distribuídos foi aprovado por unanimidade apesar de se encontrar assinado apenas por ele.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, solicitou que a palavra de apreço e de agradecimento, por ele proferida, seja extensiva ao Conselho Fiscal e à BDO e que disso se faça registo.

**PONTO SEIS** da Ordem de Trabalhos - Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de exclusão de membros apoiantes.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, que procedeu à apresentação da proposta.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, explicou que a proposta de exclusão de membros apoiantes se baseia no facto de, ou se encontrarem absolutamente desligados da UCCLA e de há muito não pagarem quotas e nem sequer responderem à correspondência que lhes é remetida, ou assim o pretenderem expressamente. Nestas condições, como prosseguiu, encontram-se, a Air Bissau, Alves Ribeiro, Ceta, Cometal/Mometal, Dicol, Electrocloro, Geta, Maragra, Millenium BCP, Nazira e Petromar.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, sugeriu que algumas das empresas que figuram na proposta apresentada sejam repescadas face ao refrescamento que nos propomos incutir à UCCLA.

Posto à votação o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**PONTO SETE** da Ordem de Trabalhos - Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de nomeação de representantes da UCCLA junto do Conselho Económico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas).

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA. Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, explicou que esta é mais uma questão de forma que de conteúdo tratando-se de uma formalização do que já se

encontra deliberado. Na última reunião da Comissão Executiva, em 2005, o Dr. Hélder Vaz foi nomeado representante da UCCLA junto do ECOSOC. Porém e de acordo com o estabelecido por este organismo, é necessário que esta decisão seja alvo de deliberação em sede de Assembleia Geral.

Posto à votação o Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**PONTO OITO** da Ordem de Trabalhos - Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta de reestruturação da UCCLA.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, depois de felicitar Hélder Vaz pela designação.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, lembrou que a elaboração da proposta de reequação estratégica foi uma missão entregue à Secretaria Geral pela Comissão Executiva reunida em Salvador da Bahia no ano de 2005. Achou-se então necessária uma reflexão sobre o que a UCCLA deveria ser. Assim, procedeu-se a um diagnóstico da actual realidade, a uma discussão com os membros da comissão executiva, a uma recolha de entendimentos e pareceres sobre o futuro da organização e a uma definição de uma reorientação estratégica a que se associa uma proposta de alteração dos estatutos. O diagnóstico permitiu-nos concluir que a lógica inicial que levou à fundação da UCCLA e o interesse então despoletado, nomeadamente nas empresas, diluiu-se ao longo do tempo. Por outro lado, as competências internas da UCCLA funcionaram numa lógica de stop and go não se registando um ritmo constante, mas um oscilar dos níveis de actividade. A UCCLA tem sido assim vista como uma empresa municipal de Lisboa totalmente financiada pela Câmara Municipal não tendo desenvolvido competências e contactos que permitissem colocá-la no circuito bilateral e multilateral da ajuda pública de desenvolvimento. Porém, a UCCLA possui condições e mais valias que potenciam a sua regeneração futura. A língua, desde logo a sua mais valia, o conhecimento pessoal dos edis e a relação muito próxima com as autoridades locais. Ora, se a UCCLA pode ser vista como a CPLP do poder local e se a tendência do futuro é que o desenvolvimento dos países se faça através do desenvolvimento das cidades, estamos em condições de encarar com optimismo o futuro da Organização. A interacção das empresas e a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas é também, como prosseguiu, uma mais valia que irá ser utilizada no futuro e o grande prestígio que a união detém nas cidades lusófonas que pode em muito concorrer, desde que bem utilizado, para o nosso sucesso. Em contrapartida e como pontos fracos da actuação da UCCLA foram identificados: a fraca interacção com organizações multilaterais de apoio ao desenvolvimento, a ausência de sinergias entre a UCCLA e as agências de cooperação dos países lusófonos, a fraca interligação entre as cidades e com as empresas e finalmente o facto de a maioria da actividade desenvolvida se concentrar em África descurando-se o Brasil e Macau. Ainda e em relação aos projectos realizados no passado, estes pautaram-se por um carácter sobretudo assistencialista que não gera desenvolvimento sustentável. Ora, se a envolvente externa é condicionante de toda a

ajuda pública ao desenvolvimento, a UCCLA tem de estar em linha com as prioridades internacionais estabelecidas para a ajuda ao desenvolvimento e que neste momento são o diálogo norte/sul pela convicção de que não pode haver paz e progresso enquanto existirem bolsas de exclusão no hemisfério sul. Daí o estabelecimento ambicioso dos objectivos de desenvolvimento do milénio onde todas as acções e projectos têm de ser enquadrados e a necessidade de nos posicionarmos no combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável. Face ao cenário descrito, três opções se afiguram possíveis para a UCCLA: a manutenção da situação que configura uma condenação a prazo da organização; a criação de um novo espírito de solidariedade com as cidades mais favorecidas e por último, apesar dos conhecidos estrangimentos orçamentais, o lançamento de um desafio às cidades no sentido de à UCCLA serem cedidos bens ou contribuições em espécie que sejam fontes de receitas internas. As orientações estratégicas que defendemos para a união, como esclareceu, são o de a transformar em entidade de referência no combate à pobreza humana, privilegiando o capital humano e centrando a sua acção em acções de capacitação e qualificação. Este objectivo maior será atingido de acordo com os seguintes objectivos específicos: apoiar a capacitação dos agentes das cidades membros nos domínios da formação, das ciências e tecnologia; reforçar e cimentar os valores de identidade e os princípios em que assenta a UCCLA, a língua comum, a cultura, a sinergia, os relacionamentos e amizades; contribuir para a redução da pobreza nas cidades membros orientando a acção da UCCLA para os objectivos de desenvolvimento do milénio e mobilizando a comunidade para o projecto "UCCLA Cidades sem Pobreza" e, finalmente, apoiar à criação de uma base económica sustentada nas cidades membros com o reforço das redes de infra-estruturas, equipamento e serviços apostando nas parcerias público-privadas com as empresas da UCCLA.

No que concerne à formação e capacitação, espera-se a criação e o desenvolvimento da Rede de Cidades Lusófonas, a promoção de programas de formação para agentes municipais, a realização de acções de capacitação profissional para jovens visando o reforço das capacidades, a criação de mão-de-obra qualificada e a prevenção de conflitos sociais e o reforço do programa Capital Lusófona da Cultura e das relações com entidades lusófonas culturais e juvenis. Contribuir activamente para a redução da pobreza nas cidades membros através do apoio à formulação de programas de desenvolvimento local e regional, pois que qualquer projecto a submeter a financiamento tem de estar inscrito neste tipo de plano oficial; apoiar as cidades mais carenciadas na formulação de projectos candidatos a financiamento internacional, designadamente à Water Facility, cujo processo é muito complexo e difícil de ultrapassar com êxito, é também objectivo inscrito na actividade da UCCLA para 2007. A UCCLA, como defendeu, dever-se-á configurar como uma entidade de promoção do desenvolvimento sustentável nas cidades membros e é nessa qualidade que se posiciona para apoiar as cidades nesta vertente não existindo, contrariamente à prática passada, possibilidades de financiamento por parte da UCCLA, mas apenas e tão só o apoio na canalização dos recursos disponíveis nas Instituição bilaterais e

multilaterais de apoio ao desenvolvimento. Queremos, como afirmou, desenvolver acções que envolvam a captação de fundos e a constituição sempre actualizada de uma base de dados de recursos, fundos e facilidades de desenvolvimento de modo a que as cidades possam saber o que existe disponível. Paralelamente, iremos formular e apresentar a financiamento o projecto-piloto "UCCLA - Cidades sem Pobreza" no desejo de transformar a UCCLA numa agência de capacitação e de cooperação para o desenvolvimento que seja considerada como parceiro idóneo e prestigiado junto das instituições internacionais e das cidades para angariação e canalização de fundos e consultor de referência para a implantação de políticas de desenvolvimento com base nas melhores práticas internacionais nesta matéria. Para este efeito será formulado e executado um plano plurianual de reforço da capacidade técnica da UCCLA, será dada particular importância à presença da UCCLA nos fóruns internacionais e serão estabelecidos protocolos com Universidades e outras instituições que permitam aportar o "saber" às acções da união. Por último e com particular importância, desejamos ainda apoiar o desenvolvimento de uma base económica sustentável nas cidades membros que é, sem dúvida, o paradigma do combate eficaz à pobreza. Quanto à organização e meios, sublinhou, a UCCLA tem de dispor de uma previsibilidade financeira que assegure as suas competências internas e quadro de pessoal próprio, daí lançar-se o desafio de o valor das quotas ser completado com cedências em espécie. Qualquer subsídio obtido, garantiu, será canalizado para acções de formação e capacitação e não para obra. Os fundos para realização de obra serão apenas os que provierem da ajuda pública ao desenvolvimento.

Outra questão que para si se põe é a manifesta falta de ligação das cidades entre si. A assumpção, na Secretaria Geral, de 2 grandes áreas, a da ajuda pública ao desenvolvimento e a da educação, formação e cultura e a criação e na Comissão Executiva, de 4 vice-presidências de dimensão regional e temática são as soluções que queremos apresentar para este problema. As empresas estariam, por sua vez, representadas a nível do Conselho Empresarial. As Vice-presidências teriam competências temáticas, sendo de sua responsabilidade e iniciativa, reunir as cidades do universo UCCLA para análise e discussão das áreas temáticas promovendo acções donde surgiriam, necessariamente, boas práticas, projectos e ideias que, posteriormente, seriam postos em prática. As cidades vice-presidentes teriam ainda a obrigação de nomear um coordenador/interlocutor para, com a Secretaria Geral, estabelecer todos os contactos.

Esta proposta de renovação estratégica requer parcerias com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Agência Brasileira de Cooperação, Banco Mundial, Universidades lusófonas e com as maiores empresas do mundo que fala português. Tem ainda associada uma revisão dos estatutos que nos membros consagra a admissão de comunidades lusófonas muito interessadas em apoiar o desenvolvimento dos seus países de origem, prevendo-se a sua participação na Assembleia Geral sem direito a voto sendo-lhes concedida a isenção de quota; O Conselho Consultivo passa a ter uma maior e mais definida acção; o Secretário Geral é eleito em Assembleia

Geral sendo que a figura dos Secretários Gerais Adjuntos desaparece, neste quadro face às competências dos vice-presidentes.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, afirmou que é desejável que organizações como esta se adaptem às novas realidades e é isso que julga estar aqui proposto e que não é mais do que uma tentativa de horizontalizar e reforçar o funcionamento diário em rede de que podem advir, melhorias significativas no funcionamento da própria UCCLA.

Carlos Bayan Ferreira, Director Geral Internacional Oil da Galp Energia, SGPS, SA, defendeu que o erro de pôr de lado as empresas não pode ser cometido, não concordando, por isso, com a designação Conselho Consultivo Empresarial e alertando para o perigo de secundarização das empresas. É forçoso, como enfatizou, que se criem motivos que fidelizem as empresas e não que as façam sentir muito arredadas e consequentemente desmotivadas. É imperioso dignificar as empresas enquanto membros apoiantes deste projecto.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, agradeceu as reflexões partilhadas e confessou não ver impedimento em que da Comissão Executiva façam parte membros não cidades até porque é seu desejo que todos se possam rever na organização. Adiantou que a forma apresentada não quer de modo algum secundarizar, mas talvez antes autonomizar.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, confessou que o facto de deixar as empresas no Conselho Consultivo pode realmente ter uma leitura e uma interpretação negativas. Sugeriu que ao Conselho Consultivo de cuja denominação se retiraria esta palavra, fosse atribuída não uma vice-presidência, mas uma área temática, eventualmente as parcerias público-privadas, mas não uma vice-presidência. Este órgão reportaria à comissão executiva, mas não faria parte dela.

Álvaro Pinto Correia, representante do Presidente do Conselho Fiscal, disse que, em sua opinião, se pode manter o esquema apresentado aumentando o número de Vice-presidências de modo a que o conselho empresarial tenha assento na comissão executiva.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, explicou que lhe foi transmitido por um membro cidade que apenas cidades devem fazer parte da comissão executivas para não se registarem conflitos de interesses entre os sectores público e privado.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, relembrou que sempre existiram membros não cidades na comissão. A perspectiva geográfica das vice-presidências parece-lhe positiva, mas pensa que as áreas temáticas não têm de figurar nos estatutos e esta atribuição deve até ser pensada de forma rotativa. Propõe depois a manutenção de sete membros constituintes da comissão executiva sendo que as vice-presidências passariam a quatro e os vogais a dois.

Carlos Bayan Ferreira, Director Geral Internacional Oil da Galp Energia, SGPS, SA, afirmou que as empresas nunca poderão, mudar as convicções das cidades representadas, porque estas são o centro desta Organização. Porém, sugeriu que um

dos vogais da comissão executiva seja o coordenador do conselho empresarial que levaria às reuniões as questões deste órgão que uma vez por ano se reuniria.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, reformulou a actual proposta, informando que o que está em apreciação é a manutenção de um presidente e a constituição de cinco vice-presidências.

Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, começou por afirmar que o importante era recuar à questão de uma maior abertura da Organização. Daí propor discutir e reflectir sobre a própria designação da organização na medida em que face à actual abrangência, provavelmente deveria antes falar-se de cidades dos países de língua portuguesa. À luz da actualidade, como reflectiu, parece que uns lideram outros como se de uma subalternização se tratasse. Por outro lado, existe em seu entender a necessidade de uma clarificação do lugar e do papel da UCCLA no âmbito da CPLP. Continuamos à parte ou somos um prolongamento, questionou. Só depois, defendeu, devemos concentrarmo-nos no papel político e no desenvolvimento sócio comunitário da UCCLA. Quando procura o papel da UCCLA na CPLP procura precisamente o seu papel político. Há que definir conceitos, pois está-se a falar de uma coisa muito séria que preconiza uma mudança de métodos e estilos de trabalho da UCCLA. Prosseguiu, comunicando que sempre se preocupou em, junto do Secretário Geral, manifestar a urgência no acesso atempado à documentação de modo a permitir o envolvimento efectivo das cidades e dos países. Se assim não for voltamos decerto sempre ao mesmo caindo este projecto em mera letra morta. Avançando com o questionar da força que podemos ter para envolver comunidades, populações e empresas e do que pode Luanda fazer se vai a uma reunião donde traz apenas uma decisão, confessou o receio de que as decisões aqui tomadas não sejam suficientes para envolver toda a cidade, todos os membros e até o seu país na pessoa do próprio Presidente da República, daí ter apresentado a sugestão de, até à audiência com o Presidente da Comissão Europeia, fosse a comissão executiva mandatada pela Assembleia Geral para, com objectividade e a voz alta e viva de toda a cidade, aprovar este documento. Para fundamentar a sua argumentação, apontou a sua participação numa reunião da OICEP na Arábia Saudita que e por ter tido tempo de preparar lhe permitiu envolver o seu Presidente da República e conseguir que o próximo encontro das Cidades Energéticas do Mundo se realize em Luanda.

Quanto à visão estruturante proposta no documento em análise, é a que decorreu da reunião de Salvador, classificando-a como um bom ponto de partida para a UCCLA poder aceder a outros patamares. Porém, defendeu o interesse em definir o financiamento, pois revela-se incongruência falar destes assuntos e continuarem os membros a pagar igual valor de quota. Em função do objectivo da Associação e daquilo que nos propomos fazer, prosseguiu, devemos definir com razoabilidade uma base financeira para a Organização. Se nos assumimos organização para o desenvolvimento temos de definir quota que permita fazer o que se espera e o que se quer. Esta é a base de tudo o resto, como enfatizou, e sobre a qual deve ser feita uma abordagem mais profunda e objectiva para podermos justificar todo o outro processo. A definição de todas as parcerias deve decorrer daquilo que é o objectivo fundamental

desta Organização, senão veja-se, como poderá uma instituição financeira de carácter internacional olhar para nós com interesse enquanto apresentarmos receitas deste valor. Concluindo, recomendou a continuação desta discussão até à reunião de Lisboa. António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, julga que pode pensar-se uma mudança de designação, mas não agora, porque esta é a original, a génese e não obsta ao envolvimento de outro tipo de membros. Quanto à CPLP, referiu o protocolo assinado de que salientou a importância e defendeu a coexistência dada inclusivamente a cada vez maior importância das cidades e dos poderes locais. O nosso domínio não pode ser confundido com o que é o da CPLP. Sugeriu ainda que na Assembleia Geral e nos estatutos se introduza a figura do observador permanente categoria a que a CPLP deveria ter acesso. A finalizar, questionou directamente Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, sobre se a sua proposta ia no caminho de um adiamento da votação deste ponto da Ordem de Trabalhos.

Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, esclareceu que tomou contacto com a documentação tardiamente e é por isso que julga não estar em condições de tomar uma decisão vinculativa. Por isso e porque temos tempo, julga prudente protelar a aprovação e em seu lugar recomendar que a Assembleia Geral mandate a Comissão Executiva para esse efeito até à próxima reunião.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, expressou a convicção da inexistência de dúvidas quanto à agenda e contrapôs que, no seu entender, a UCCLA não necessita de uma base financeira muito maior do que a que actualmente detém. Como exemplo desta certeza, referiu a UCCI que, com valores menores, realiza quinzenalmente uma acção de cooperação real na área da formação, cultura, etc. A UCCLA, prosseguiu, não é uma associação para o desenvolvimento, mas visa-o, daí não dever ser vista como uma organização empresarial, que nunca foi e para onde não pode caminhar, mas antes como a que pode e deve fortalecer a interligação das cidades, populações e empresas em projectos de formação, capacitação, incremento de relações institucionais e técnicas, entre outras. Esta boa ideia, como classificou, que serviu de modelo à própria CPLP não pode deixar de o ser. A concluir, e depois de sugerir que o Secretário Geral continue a ser eleito pela Comissão Executiva, manifestou a disponibilidade pessoal para votar o documento em discussão e submeteu à consideração dos restantes membros a decisão.

Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal da Praia, apoiou a base de reestruturação da UCCLA e principalmente a clarificação do papel da organização no novo contexto político internacional e no quadro das novas exigências das políticas de cooperação. É fundamental estar-se sintonizado com o tempo actual e disponibilizar-se uma contribuição útil à comunidade internacional. A UCCLA, como enfatizou, é uma organização única no mundo e apesar de ser sabido que a engenharia organizacional é sempre difícil, esta tem de ser flexível e dinâmica em relação à conjuntura externa. Julga que se conseguiu, depois de mais de um ano de incubação, uma boa proposta e

apesar de entender a posição de Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, defendeu a votação do documento até porque, como explicou, se assim não for esta Assembleia Geral deixa de fazer sentido pois retira-se-lhe a razão de ser. As questões levantadas são todas elas pertinentes, a sustentabilidade financeira é questão sempre debatida nas reuniões, mas existe, como afirmou, uma agenda que não podemos perder e tem de ser ganho tempo adoptando este documento. Porém, os aspectos apontados por Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, devem, em seu entender, ser alvo de reflexão conjunta.

Job Castelo Capapinha, Governador da Província de Luanda, disse não querer constituir-se constrangimento e pediu para ser entendido o sentido da sua intervenção que não foi tanto o de protelar a votação, mas o de avaliar se não se trata aqui de aprovar mais uma alteração que justificará, daqui a um ano, estar de novo a discutir o envolvimento necessário à sua realização. Aliás, como lembrou, Luanda foi dos membros mais intervenientes e activos a procurar esta reequação. Vejam-se as intervenções na reunião de Salvador e os regulares contactos com a Secretaria Geral que indicam este posicionamento sério. Caso assim não seja pode, na sua opinião, deliberar-se sobre este ponto da Ordem de Trabalhos e depois regulamentar-se sobre as competências, nomeadamente de cada um dos vice-presidentes. O seu objectivo não é o de que lhe chamem vice-presidente, mas sim o de fazer algo útil pela UCCLA, concluindo que retira a sua dificuldade facilitando os trabalhos da forma que apontou.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, lembrou que já a alteração dos estatutos aprovada em Luanda figurava uma mudança para e na UCCLA. A regulamentação, prosseguiu, tem e deve ser feita e se inicialmente pensámos quatro vice-presidências de dimensão geográfica e, eventualmente, comissões sectoriais operacionais que podiam envolver cidades não capitais com duração equivalente à dos projectos ou missões atribuídas, chegámos agora a uma proposta, no seu entendimento, menos complexa, que nas vice-presidências concentra as competências dessas comissões o que facilita a desejada rotatividade e a transformação do exercício destes órgãos em cargos executivos e não apenas representativos dando assim resposta à expectativa dos restantes membros.

João Schwalbach, Vereador do Conselho Municipal de Maputo, confessou que apesar de se encontrar devidamente mandatado para tomar todas as decisões, sentiu um certo desconforto quando na véspera tomou conhecimento de tantas e tão profundas alterações propostas. Todas fazem sentido, apesar de qualquer mudança ser sempre um risco, mas pensa que mais uma vez há que envolver as cidades numa perspectiva de horizontalidade e envolver mais, como sublinhou, é fazer discutir mais antes de ser chamado a decidir. Teríamos assim decerto chegado a uma decisão colectiva, apesar de o cenário apresentado fazer sentido, pois que se define por ser moderno e operacional com inevitáveis consequências positivas no funcionamento.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, julga que as comissões sectoriais são uma boa solução, um bom estímulo para essa horizontalidade, mas sugeriu que esta figura não fique para já consagrada nos estatutos. As vice-presidências regionalizadas podem muito bem ser as



promotoras, junto das outras cidades membros desta iniciativa, como afirmou, prosseguindo para um resumo das alterações propostas ao documento inicial. Assim, a comissão executiva passará a deter cinco vice-presidências sendo uma delas atribuída ao coordenador do conselho empresarial; o Secretário Geral continuará a ser eleito pela comissão executiva e fica contemplada a criação de comissões sectoriais. Concluiu agradecendo as contribuições e sublinhando que sempre será possível alterar e ajustar o que se revele necessário face aos objectivos e realidades de todos nós. Posto à votação o Ponto Oito da Ordem de Trabalhos com as alterações propostas, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**PONTO NOVE** da Ordem de Trabalhos - Informações.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, que pede a Joana Carvalho, Técnica da Secretaria Geral para fazer uma apresentação sumária das alterações propostas em relação aos Regulamentos dos Prémios UCCLA.

Joana Carvalho, Técnica da Secretaria Geral, explicou que relativamente aos Prémios UCCLA, o de Língua Portuguesa e de Fotografia haviam sido aprovados na Assembleia Geral de Luanda, em 2004. Na Assembleia Geral de Salvador, em 2005, foi por sua vez aprovada a criação dos Prémios de Artes Plásticas, Teatro e Artesanato e a suspensão dos atrás mencionados, por se desejar incluí-los no âmbito da Capital Lusófona da Cultura. No estrito respeito pelos regulamentos revelou-se difícil a sua implantação e operacionalização o que justificou a apresentação da proposta em análise que pretende uniformizar o conjunto dos prémios tendo por base o regulamento definido para o de artesanato. As cidades têm assim toda a liberdade de escolha dos premiados e numa segunda fase, já da responsabilidade da UCCLA e de âmbito externo, é decidido o vencedor. Propõe-se ainda, como prosseguiu, a extinção do prémio de teatro e a junção do de artes plásticas com o de artesanato. Os resultados de todos eles serão comunicados no âmbito da capital lusófona da cultura.

Leonel Leal Neto, Secretário das Relações Internacionais da Prefeitura de Salvador, lembrou que no dia seguinte seria apresentado o cronograma de acções pensadas e o prazo que cada cidade terá para apresentar as suas propostas de actividades.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, passou a palavra a Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, para apresentação das candidaturas a membros.

Francisco Lopo de Carvalho, Secretário Geral da UCCLA, comunicou que, a membros apoiantes, a empresa Simmons & Simmons e Rebelo de Sousa que apoiou a concepção da proposta de reequação e o Instituto de Investigação Científica e Tropical, possuidor da maior base de dados sobre os países lusófonos são os candidatos. Quanto às restantes, solicitou a Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal da Praia, que apresentasse as que a sua cidade apadrinhou.

Felisberto Alves Vieira, Presidente da Câmara Municipal da Praia, informou que candidato a membro efectivo propõe a Cidade Velha, primeira cidade fundada em África por europeus cujo município se encontra agora a preparar a geminação com a cidade de Guimarães e a candidatura a património mundial. A membro apoiante a

cidade que representa propõe o Banco Caboverdiano de Negócios, instituição nova com importante acção na área social e a Editur, empresa do segmento turístico com projectos no Sal, São Vicente e Santo Antão.

António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, regozijou-se com as candidaturas apresentadas e deu conta da lista para os órgãos sociais, 2006-2009, que irá apresentar na Assembleia Geral.

Não se registando mais intervenções e nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada por António Carmona Rodrigues, Presidente da Comissão Executiva e da Câmara Municipal de Lisboa, pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual foi elaborada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada pelos membros presentes.